



**DEMOCRACIA EM QUESTÃO:
REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS
NO CONTEXTO DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA
BRASILEIRA**

**DEMOCRACY IN QUESTION:
POLITICAL AND CULTURAL REPRESENTATIONS
IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN DEMOCRATIC
RESISTANCE**

Rosangela Patriota*

Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

 <https://orcid.org/0000-0003-1330-1905>

patriota.ramos@gmail.com

Alcides Freire Ramos**

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

 <https://orcid.org/0000-0002-6701-9123>

alcides.f.ramos@gmail.com

RESUMO: Nos últimos anos, a questão democrática tem sido debatida sob diferentes ângulos, tendo em vista os retrocessos promovidos por grupos de extrema direita. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo lançar luz sobre representações culturais e políticas brasileiras de modo a repensar os fundamentos da Democracia, bem como o seu lugar estratégico no período pós segunda guerra mundial, no contexto da Resistência Democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Democracia; Resistência Democrática; Artes; Teatro brasileiro; Filmes brasileiros

ABSTRACT: In recent years, the democratic issue has been debated from different angles, in view of the setbacks promoted by extreme right-wing groups. In this sense, this article aims to shed light on Brazilian political and cultural representations in order to rethink the foundations of Democracy, as well as its strategic place in the post-World War II period, in the context of Democratic Resistance.

KEYWORDS: Brazil; Democracy; Democratic Resistance; Art; Brazilian theater; Brazilian films

* Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisadora CNPq (nível 1C). Professora (Titular) aposentada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU – MG).

** Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU – MG). Pesquisador CNPq (nível 1D).

Até há pouco tempo, a democracia liberal reinava absoluta. A despeito de todas as suas deficiências, a maioria dos cidadãos parecia profundamente comprometida com sua forma de governo. A economia estava em crescimento. Os partidos radicais eram insignificantes. Os cientistas políticos achavam que em lugares como a França ou os Estados Unidos da América a democracia chegara para ficar fazia um bom tempo e que em anos vindouros pouca coisa mudaria. Politicamente falando, assim parecia, o futuro não seria muito diferente do passado.

Então o futuro chegou – e se revelou, na verdade, bem diferente.

A desilusão do cidadão com a política e coisa antiga; hoje em dia, ele está cada vez mais inquieto, raivosos, até desdenhoso. Faz tempo que os sistemas partidários parecem paralisados, hoje, o populismo autoritário cresce no mundo todo, da América à Europa e da Ásia à Austrália. Não é de hoje que os eleitores repudiam esse ou aquele partido, político ou governo; agora muitos deles parecem estar fartos da democracia liberal em si.

(MOUNK, 2018, p. 12-13).



I

www.revistafenix.pro.br

Como é de domínio público, o vocábulo *democracia* é de origem grega e foi estabelecido pela experiência política da cidade-estado Atenas, na Grécia Antiga, que acolheu, ainda, realizações no campo das artes, no teatro, em particular, da filosofia e das ciências. Devido à essa singularidade, a historiadora Claude Mossé (1924-2022) apresentou as seguintes considerações:

Os atenienses foram, primeiramente, cidadãos, e é isso que faz a grandeza de Atenas. Pouco importa que esses cidadãos tenham constituído apenas uma pequena parcela – talvez um décimo – da população da Ática. O falso problema com o qual se defrontaram geração de historiadores, a saber, o do caráter escravagista da democracia ateniense, deve ser afastado de uma vez por todas. Porquanto é bem verdade que, entre os 30.000 cidadãos, com que Atenas contava no começo do século IV a.C., em grande número dos que trabalhavam com as mãos, nos campos e nas oficinas. Mas não é menos verdade que, no campo como nas minas e nos estaleiros do porto e da cidade, grande parte da atividade econômica da cidade repousava no trabalho de milhares de escravos, que talvez fossem ali mais bem tratados que alhures, mas, nem por isso deixavam de constituir um grupo excluído da comunidade cívica. E é essa comunidade cívica – à margem da qual viviam estrangeiros livres e privilegiados, porque não se podia prescindir deles – que constituía a cidade. Fazer parte dela significava que se estava

disposto a garantir sua defesa, mas também que se pretendia participar de seus frutos. E para isso, convinha que o grupo de cidadãos permanecesse fechado, o que, evidentemente, não impedia que, no seio desse grupo, se desenvolvessem antagonismos que acabariam por fazê-lo desmembrar-se. Essa situação explica o caráter essencialmente “político” de toda a civilização ateniense (MOSSÉ, 1982, p. 134).

Em linhas gerais, Mossé apresenta uma boa caracterização da democracia ateniense, isto é, uma forma de organização política, em confronto com as demais existentes no período. No entanto, a autora, mesmo de forma sucinta, teve o cuidado de evidenciar o caráter específico daquela sociedade que buscou estabelecer a igualdade entre seus *iguais*, os cidadãos, categoria da qual escravos e estrangeiros livres (“metecos”) estavam excluídos.

Em relação a esses últimos, cabe ponderar que, graças à sua prosperidade econômica e importância cultural, Atenas foi capaz de atrair inúmeros estrangeiros, cujas habilidades variadas (na qualidade de artesãos, professores, comerciantes, artistas, etc) foram incorporadas às formas de produção de riqueza e conhecimento. Apenas para dar um exemplo da condição “sui generis” dos “metecos”, poder-se-ia mencionar o caso de Aristóteles. Nascido em Estagira (em 384 a.C.), localidade sob domínio da Macedônia, ele não era um cidadão ateniense, mas foi capaz de ter forte influência cultural e política, em razão da relevância de sua obra. Ser cidadão, como se pode ver, referia-se à possibilidade de exercer, de forma direta, uma função pública. Mas, por outro lado, a circunstância social específica na qual viveu Aristóteles mostra algo muito importante: era possível a um “Meteco” participar da vida política, dos debates, ter influência, mesmo não sendo cidadão. Obviamente, a esse quadro geral, podem ser somadas as contribuições de Heródoto e Lísias, visto que ambos foram “metecos” influentes em Atenas.

Sem dúvida, as discussões acima, mesmo tendo sido feitas de forma rápida, permitem observar que participação política efetiva, igualdade e cidadania são questões complexas no contexto ateniense antigo e que, quando sofrem comparações com outros períodos históricos posteriores, podem suscitar profícuas aproximações, mas também afastamentos e confrontos.

Nesse sentido, para além do vocábulo e de seu sentido geral, como sendo *democracia* o governo do povo, há as premissas de *igualdade e liberdade* como perspectivas que dão sentidos e significados à ideia de democracia, que passou a adquirir grande relevância, no Ocidente, a partir do século XVIII.

Sem dúvida, é a isso que são sensíveis os homens de hoje, como o foram aqueles que, através dos séculos, encontraram na democracia ateniense o

modelo a contrapor a todas as tiranias e a todas as opressões. A liberdade e a igualdade, a que os atenienses emprestavam tanta importância e das quais faziam o símbolo de sua *politeia*, iriam ser as palavras de ordem de todos os que desejassem se livrar do absolutismo monárquico ou da opressão estrangeira. Sabemos o prestígio que Atenas gozava junto aos homens que fizeram a Revolução Francesa. O século XIX, que viu triunfar na Europa a revolução burguesa democrática, foi também aquele em que os estudos atenienses conheceram o seu maior desenvolvimento. E para falar apenas da França, ainda nas primeiras décadas do século XX, Clemenceau podia ser identificado a Demóstenes, enquanto o historiador Glotz fala do “socialismo” de Péricles. Todavia, exatamente o desenvolvimento dos movimentos socialistas é que iria vibrar um golpe muito duro na “democracia” ateniense. E enquanto historiadores liberais, para continuar a defender Atenas, empenhavam-se em demonstrar que a escravidão experimentara apenas um inexpressivo desenvolvimento, aqueles que se declaravam socialistas (F. Engels foi o primeiro), denunciavam o caráter parasitário e opressor da democracia ateniense e, curiosamente, reuniam numa mesma crítica de Atenas de Péricles e de Demóstenes, os partidários dos regimes autoritários (MOSSÉ, 1982, p. 135).

Essa rápida avaliação em relação à *democracia*, de forma alguma, visa construir uma reflexão definitiva e a-histórica do conceito, desconsiderando suas inúmeras acepções. Pelo contrário, o intuito é de evidenciar o seu surgimento em um tempo histórico específico, que respondeu a demandas e inquietudes daquele período e não como um conceito abstrato que poderia ser empregado a qualquer tempo e lugar. *Democracia* é um conceito e esse conceito possui uma história.

Nesse sentido, devemos lembrar o surgimento das premissas que se tornaram fundamentais para a crítica às Monarquias Absolutas e para o estabelecimento do Estado Republicano, tendo por base o pensamento iluminista, como bem acentuou Claude Mossé.

Novos horizontes e com eles a perspectiva em criar novas governanças capazes de instituir práticas sociais, que estariam fundadas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e, posteriormente, passaram a ser identificadas nas democracias a partir do século XIX.

Como bem observou Hannah Arendt em seus estudos sobre as Revoluções Americana, Francesa e Russa, princípios, que embasaram uma democracia constituída por 30.000 cidadãos, tiveram de ser ressignificados à luz das sociedades de massas emergentes. Em relação ao caso francês, a autora assim fundamentou seus argumentos:

O próprio Robespierre, antes de se tornar chefe de governo, costumava denunciar “a conspiração dos delegados do povo contra o povo” e a “independência dos representantes” em relação aos seus representados, o que ele equiparava à opressão. É certo que a formulação dessas acusações seria bastante natural para os discípulos de Rousseau, que, para começar, não acreditavam em representação – “um povo que é

representado não é livre, pois a vontade não pode ser representada”; mas uma vez que os ensinamentos de Rousseau reclamavam a *union sacrée*, a eliminação de todas as diferenças e distinções, inclusive a diferença entre povo e governo, o argumento podia, teoricamente, ser invertido. E quando Robespierre mudou de posição e se voltou contra as sociedades, ele podia novamente ter apelado para Rousseau e repetido, com Couthon, que, enquanto as sociedades existissem, “não poderia haver unidade de opinião”. Na verdade, Robespierre não necessitava de grandes teorias, mas apenas de uma avaliação realista do curso da revolução, para chegar à conclusão de que a Assembleia praticamente não teve qualquer participação em seus mais importantes eventos e negociações, e que o governo revolucionário estivera sob pressão das seções e sociedades parisienses até um ponto em que nenhum governo ou forma de governo podia suportar. Um rápido exame das numerosas petições e pronunciamentos dessa época (que agora foram publicados pela primeira vez) é, na verdade, suficiente para tornar patente a difícil situação do governo revolucionário. Os dirigentes eram advertidos de que não deviam esquecer que apenas “os pobres os haviam ajudado”, e que eles agora desejavam “começar a usufruir os frutos” de seus esforços; que era “sempre culpa do legislador” se a face do pobre “exibia a palidez da necessidade e da miséria”, e se seu espírito “deambulava sem energia e sem virtude”; que era tempo de mostrar ao povo como a Constituição “o faria realmente feliz, pois não bastava dizer-lhe que sua felicidade está próxima”. Em resumo, o povo, organizado fora da Assembleia Nacional em suas próprias sociedades políticas, informava a seus representantes que “a república devia assegurar a cada indivíduo os meios de subsistência”, que a tarefa primordial dos legisladores era banir a miséria da existência humana (ARENDDT, 1988, p. 193).

A interpretação consagrada pelo viés jacobino colocou seus holofotes sobre a questão da *igualdade*, que se estabeleceu por intermédio do *reino da necessidade* quando a miséria e a fome se tornaram o *leitmotiv* que aproximou a população das ações revolucionárias na França.

Nesse processo interpretativo, Arendt, a um só tempo, esquadrinhou as estratégias políticas e o rememorar que constituem a *memória histórica* da Revolução Francesa, com a intenção de evidenciar como o tema da *igualdade* acabou se sobrepondo à *liberdade* e à *fraternidade*. Sem dúvida, ouvem-se, aqui, os ecos das avaliações críticas acerca da Polis ateniense, que excluiu escravos da cidadania.

Já ao se debruçar sobre a Revolução Americana – na verdade o movimento relativo à Independência, em 1776, que por ela foi qualificado como revolucionário – a autora evidenciou como a *liberdade* tornou-se a bandeira a partir da qual a nação deveria ser estruturada.

Embora o voto secreto ainda fosse desconhecido nessa época, Jefferson teve, no mínimo, um presságio de como seria perigoso permitir que o povo participasse do poder público sem que lhe fosse proporcionado, ao mesmo tempo, um espaço público mais amplo do que a urna de votação,

e maiores oportunidades para que sua voz fosse ouvida fora dos dias de eleição. O que ele identificou como um perigo mortal para a república foi que a Constituição dera todo o poder aos cidadãos, sem lhes oferecer a oportunidade de *serem* republicanos e de *agirem* como cidadãos. Quando, ao fim de sua vida, ele sintetizou aquilo que, para ele, era claramente a essência da moralidade pública e privada, “Ame o seu próximo como a si mesmo, e a seu país mais do que a si próprio”, ele sabia que essa máxima seria uma exortação vazia, a menos que o “país” pudesse se fazer tão presente para o “amor” de seus semelhantes. Pois assim como não podia haver muita substância no amor ao próximo, se esse só se fizesse presente por alguns momentos a cada dois anos, não podia haver muito conteúdo na recomendação de amar a pátria mais do que a si próprio, salvo se a nação fosse uma presença viva em meio aos cidadãos (ARENDETT, 1988, p. 202).

Os fragmentos de autoria da filósofa alemã apresentam, a nosso juízo, de forma elucidativa os temas e as qualificações que irão permear os debates e as práticas contemporâneas em torno da *democracia* como regime político em diálogo com a sociedade civil e seus cidadãos.

Sob essa égide, várias experiências políticas tiveram lugar nos mais diversos continentes e, concomitante a elas, entre o final do século XIX e início do XX consolidam-se, sob diferentes ritmos, as relações capitalistas como prática econômica predominante, onde da exploração das reservas naturais à aceleração de projetos tecnológicos marcaram a dinâmica das cidades e as vidas dos cidadãos.

Nesse momento, não nos cabe adentrar nos meandros desse debate, mas as críticas elaboradas em nível político e social, proferidas pela social-democracia europeia, em sintonia com as reflexões oriundas do pensamento anarquista e do materialismo histórico, em associação com os movimentos trabalhistas e sindicais trouxeram perspectivas elementares que deveriam reger as *democracias liberais*. Em outras palavras, sem *igualdade* efetiva a *liberdade* e a *fraternidade* a pouco e pouco vão se esvaziando e até mesmo vão perdendo o sentido.

Esse repertório adensou-se quando da crise proveniente do *crack da Bolsa de Nova York*, em 1929. Riquezas esvaíram-se, economias pujantes encolheram, o desemprego adquiriu grandes proporções. Essa nova realidade fez com que se acentuassem as críticas à *democracia* como forma de governo que, a pouco e pouco, passaram a ser traduzidas como *ódio à burguesia*.

Na partitura teológico-política do século, o mais enigmático é esse bazar intelectual ter cruzado sentimentos tão fortes e nutrido tantos fanatismos individuais.

Para compreendê-lo, o melhor é menos inventariar esse bricabraque de ideias mortas do que repartir as paixões que lhe emprestaram sua força.

Dessas paixões, filhas da democracia moderna empenhadas em devastar a sua terra nutriz, a mais antiga, a mais constante, a mais poderosa é o ódio à burguesia. Ele percorre todo o século XIX, antes de encontrar seu ponto culminante em nossa época, uma vez que a burguesia, sob seus diferentes nomes, constitui para Lênin e para Hitler o bode expiatório das desgraças do mundo. Ela encarna o capitalismo: para um, é ela quem traz o imperialismo e o fascismo; para outro, ela traz o comunismo; para ambos, é a origem do que detestam. Abstrata o bastante para abrigar símbolos múltiplos e concreta o bastante para oferecer um objeto de ódio que esteja próximo, a burguesia oferece ao bolchevismo e ao fascismo seu polo negativo, ao mesmo tempo que um conjunto de tradições e de sentimentos mais antigos sobre os quais se apoiar. Pois essa é uma velha história, tão velha quanto a própria sociedade moderna (FURET, 1995, p. 18).

Até esse momento, buscou-se estabelecer algumas ideias que norteiam as discussões em torno do tema da *democracia* no decorrer dos séculos XX e XXI. É importante estabelecer essa ressalva porque esse debate, por si só, possui inúmeras nuances e abordagens possíveis.

Posto isso, houve um esforço no sentido de evidenciar como historicamente preservou-se o vocábulo e a premissa geral de que a *democracia é o governo do povo*. No entanto, partindo da premissa que de conceitos e ideias não são estanques, nem imutáveis, procuramos evidenciar que, se ocorreu a permanência de uma ideia, *democracia*, como processo ela adquiriu outros contornos, sujeitos e projetos.

Assim, Hannah Arendt é uma das pensadoras que melhor se debruçou sobre essa discussão, especialmente no sentido de evidenciar que não existem ligações intrínsecas entre os princípios de *liberdade* e de *igualdade*. Ao lado disso, ela demonstrou o caráter polissêmico da palavra *democracia* e como a não explicitação de princípios e de pautas de luta podem gerar disputas e conflitos, como bem observou o historiador Reinhart Koselleck¹.

Na verdade, não é demais lembrar que Arendt mostra a mudança fundamental proporcionada pela Revolução Francesa do Século XVIII: a história passou a ser vista como orientada por um sentido, no qual as questões econômicas, bem como as exigências de mudança estrutural, levaram à prevalência da *igualdade* sobre a *liberdade*. Ao cindir o tempo entre um *antes* e um *depois*, o ano de 1789 demonstrou que uma Revolução não é a mera troca dos grupos de comandam a sociedade. Uma Revolução só pode ter esse nome se proporcionar mudanças estruturais, orientadas por novas exigências democráticas, ou seja, tendo como norte os caminhos abertos pelos conflitos econômicos, envolvendo os

¹ Para além dos inúmeros trabalhos de Reinhart Koselleck, gostaríamos de destacar, em especial, o livro *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos, que foi publicado em 2006 pela Editora Contraponto, em conjunto com a Editora da PUC-Rio.

mais ricos, que exploram, e aqueles que se encontram na base miserável da sociedade (os que são explorados).

Ainda sobre a historicidade dos conceitos e a polissemia das palavras, devemos mencionar também o historiador e crítico literário Raymond Williams, em especial sua discussão sobre o conceito de tragédia.

Fui impelido a tentar entender essa experiência e recuei, desconcertado em relação à distância que se interpunha entre a minha própria noção de tragédia e as convenções da época. Conheci a tragédia na vida de um homem reduzido ao silêncio, em uma banal vida de trabalhos. Na sua morte comum e sem repercussão vi uma aterradora perda de conexão entre os homens, e mesmo entre pai e filho; uma perda de conexão que era, no entanto, um fato social e histórico determinado: uma distância mensurável entre o desejo desse homem e a sua resistência ao sofrimento, e entre estes dois e os objetivos e sentidos que uma vida comum lhe ofereceu. [...]. Foi-me dado ver, também, assim como a toda uma civilização, uma ação trágica emoldurando esses mundos e, no entanto, também, paradoxal e tragicamente, irrompendo com violência em meio a eles. Uma ação que envolve guerra e revolução social numa escala tão grande que é contínua e compreensivelmente reduzida às abstrações da história política; uma ação que não pode, no entanto, de maneira definitiva, ser mantida à distância por aqueles que a conheceram como a história dos homens e mulheres reais, e por aqueles que sabem, de um modo bastante pessoal, que a ação ainda não está acabada.

Tragédia se tornou, em nossa cultura, um nome comum para esse tipo de experiência. Não apenas os exemplos oferecidos por mim, mas muitos outros acontecimentos – um desastre numa mina, uma família destruída pelo fogo, uma carreira arruinada, uma violenta colisão na estrada – são chamados de tragédias. E, no entanto, tragédia é também um nome extraído de um tipo específico de arte dramática que por vinte e cinco séculos teve, sem interrupções, uma história intrincada, mas que pode ser explicada. A sobrevivência de muitas das grandes obras a que chamamos tragédias confere um peso importante a essa presença. A coexistência de sentidos parece-me natural, e não há nenhuma dificuldade fundamental tanto em ver a relação entre eles quanto em distinguir um do outro (WILLIAMS, 2002, p. 29-30).

Essas considerações são, a nosso juízo, de grande relevância, pois, ao longo dos séculos, o vocábulo *democracia* foi apropriado e ressignificado, como bem demonstrou Williams, ao se debruçar sobre uma palavra que, à semelhança de *democracia*, recebeu inúmeras significações e entendimentos. É exatamente na *diacronia* (mais exatamente na *longa duração*) que se torna possível compreender as implicações das mudanças estruturais, mais profundas da vida política e social, provocadoras de alterações dos significados e sentidos dos conceitos. As alterações aqui mencionadas não se resumem a ocorrências sociolinguísticas, ou seja, àquilo que se refere ao domínio exclusivo do uso da linguagem no

cotidiano. Em outras palavras: essas alterações são também respostas a ocorrências sociais e políticas mais amplas e/ou estruturais.

Por esse motivo, para nós, interessa centrar nosso olhar sobre como a ideia de *democracia liberal* sofreu fortes oposições nas primeiras décadas do século XX, a partir das fortes críticas proferidas por nazifascistas e pelos partidários da concepção política que, posteriormente, se consolidou como a III Internacional, o marxismo-leninismo, no sentido de evidenciar como as práticas políticas do liberalismo estiveram associadas a situações de desemprego e de miséria das populações menos abastadas.

Por motivos distintos, pelo menos ao nível dos princípios fundamentais, não se pode equivar nazifascismo a marxismo-leninismo, pois enquanto o primeiro buscou, com a manutenção da estrutura produtiva, a pouco e pouco, suprimir os espaços públicos de divergência de ideias, de opiniões, em sentido geral, o segundo, por sua vez, tinha, por princípio, transformar a estrutura produtiva, com vistas a evidenciar a supremacia de uma estrutura de produção (socialismo) sobre outra (capitalismo)².

Historicamente, conhecemos os desdobramentos de tais premissas: a ascensão do Fascismo, na Itália, do Nazismo, na Alemanha, do Franquismo, na Espanha, do Salazarismo, em Portugal, que consolidaram, no Ocidente, as configurações dos Estados Totalitários. Por outro lado, os acontecimentos de Outubro de 1917, que se tornaram conhecidos como Revolução Russa, congregaram em seu processo de luta um conjunto de projetos e de possibilidades que foram, paulatinamente, suplantados pela consolidação do Estado Bolchevique.

Todavia, em termos políticos e bélicos, os Estados identificados como totalitários não permaneceram juntos no campo de luta. Mesmo tendo assinado um Tratado de Não Agressão, Hitler e Stálin se enfrentaram no campo de batalha, o primeiro liderando as forças do Eixo e o segundo ao lado das Tropas Aliadas, onde protagonizou uma das mais importantes batalhas, a de Stalingrado, que impôs uma importante derrota aos nazistas.

Nessas circunstâncias, é possível dizer: a discussão mais aprofundada sobre *democracia* ficou em suspenso, ou melhor, a palavra e o conceito foram traduzidos em *derrotar as forças do Eixo* que, ao final, foram suplantadas pelas tropas dos países Aliados.

Encerrada a II Guerra Mundial (1939-1945), iniciaram-se os esforços de reconstrução da Europa e do território japonês (destroçado pelo lançamento de bombas

² Dentre os inúmeros trabalhos que versam sobre esse tema tão complexo, cabe mencionar e indicar a leitura de uma obra fundamental de Hannah Arendt, intitulada *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. Recomendamos especialmente a publicação feita pela Companhia das Letras, em 2013.

atômicas nas províncias de Hiroshima e Nagasaki pelos EUA), ao lado das Conferências de Yalta e Postdam, que resultaram nos Acordos de Paz, em 1945, e dos julgamentos dos criminosos de guerra, que tiveram lugar no Tribunal de Nuremberg.

Em meio a esse redesenho geopolítico e econômico, os Partidos Comunistas foram legalizados na maior parte da Europa. Tal gesto significou, de um lado, a inserção dos comunistas no jogo político institucional que, na prática, fez com que os setores de esquerda passassem a participar ativamente dos jogos de poder no parlamento, intensificando, assim, a adoção da social-democracia na reconstrução de vários países europeus, com a implementação, entre outras ações, de políticas sociais, maior participação do Estado no oferecimento de serviços essenciais aos cidadãos, a partir de governos democráticos fundados na propriedade privada e no sistema representativo.

Enquanto isso, a União Soviética, após a ampliação de suas fronteiras pela anexação de territórios conquistados durante a II Guerra, tornava-se uma força mundial estruturada em torno de uma economia planificada administrada por um Estado Centralizado, assentado na política de um Partido Único – Bolchevique – e no cerceamento da vida pública tanto no que se refere aos espaços quanto em relação à divergência de ideias e de opiniões.

Nesse sentido, foi justamente o avanço da URSS, na cena mundial, que intensificou nos Estados Unidos da América o combate às ideias socialistas e comunistas. Sob o argumento de defesa da *liberdade*, iniciou-se um dos mais movimentos mais emblemáticos de *caça às bruxas* em país fundado nas bases de uma *democracia liberal*.

Artistas, políticos e intelectuais foram ceifados da vida pública e, caso fossem estrangeiros, poderiam ser deportados para seus países de origem. As consequências para a vida social da América do Norte foram funestas³ e fundaram as pilastras para o estabelecimento da Guerra Fria, entre EUA e URSS, que, de certa maneira, dividiu o mundo e marcou os embates políticos da segunda metade do século XX.

Portanto, mais uma vez, ao observarmos as mudanças (ocorridas na *longa duração*), no que se refere às estruturas mais profundas da vida política e social, torna-se evidente como ocorrem as alterações dos significados e sentidos do conceito de *democracia*. Nesse novo contexto, no qual surgem as experiências totalitárias, as esquerdas são levadas, a

³ Há inúmeros estudos disponíveis sobre o Macartismo na vida política, social, cultural e econômica dos Estados Unidos da América, a exemplo de: SANTOS, 2018, p. 283-307, bem como RODEGHERO, 2002, 463–488. No campo cinematográfico, existem várias películas que se debruçaram sobre o tema, dentre eles, destacamos: *Boa Noite e Boa Sorte* (2005, direção: Geoge Clooney); *Culpado por Suspeita* (1991, direção: Irwin Winkler); *Cine Majestic* (2001, direção: Frank Darabont); *Trumbo* (2015, direção: Jay Roach); *Testa de Ferro por Acaso* (1976, direção: Martin Ritt), entre vários outros.

pouco e pouco, a experimentarem divisões internas, o que dá origem, de um lado, a grupos que se autointitulam como “revolucionários” e, de outro, a setores mais amplos que se são vistos como “reformistas”, ou seja, dedicam-se às disputas parlamentares no dia a dia, dando especial ênfase para os avanços da *democracia*. Não é demais lembrar: essas alterações, que marcam o surgimento de uma *esquerda democrática*, não podem ser vistas como algo restrito ao nível sociolinguístico. Com efeito, se os usos da linguagem no cotidiano sofrem transformações, tudo isso pode ser visto como a resultante, em última análise, de transmutações estruturais.

II

Nesse momento do texto, o caro leitor deve estar se perguntando: a que vieram as discussões panorâmicas (*longa duração*) feitas até aqui?

Primeiramente, é preciso considerar que compreender encaminhamentos políticos, sociais e culturais no Brasil, na segunda metade do século XX e no primeiro quartel do século XXI, é uma tarefa de grande complexidade que exige, pelo menos, de forma geral que se estabeleçam conexões com acontecimentos e ideias que permearam a Europa e os Estados Unidos da América em períodos anteriores. Dito de outra forma: essas experiências passadas não se perderam na poeira do tempo, mesmo aquelas referentes ao mundo antigo. Pelo contrário. Elas formaram uma tradição, que, sem dúvida, pode ser encontrada na base da história brasileira.

Evidentemente, não iremos apresentar, neste ensaio, análises mais extensas e aprofundadas. De forma sintética, queremos dar destaque a alguns aspectos inerentes ao advento da República Brasileira. Para isso, iremos nos remeter às palavras do historiador José Murilo de Carvalho:

Já ficou registrado que o fim do Império e o início da República foi uma época caracterizada por grande movimentação de ideias, em geral importadas da Europa. Na maioria das vezes, eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica. Liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas. Contudo, seria enganoso descartar as ideias da época como simples desorientação. Tudo era, sem dúvida, pouco louco. Mas havia lógica na loucura, como poderemos verificar no exame da cidadania.

Vimos também que o período foi marcado, especialmente no Rio de Janeiro, pelo rápido avanço de valores burgueses. Velhos monarquistas, como Taunay, expressaram seu escândalo frente à febre de enriquecimento, ao domínio absoluto de valores materiais, à ânsia de

acumular riquezas a qualquer preço que tinham dominado a capital da República. Mesmo republicanos ardorosos, como Raul Pompeia, não deixaram de estranhar o novo espírito que dominava as pessoas. Segundo Pompeia, longe iam os dias do romantismo abolicionistas e do dantonismo de propaganda. “O que há agora é pão, pão, queijo, queijo. Dinheiro é dinheiro”. Todos se ocupam de negócios e até a política é dominada pelas finanças.

Mas foi mudança no campo da mentalidade coletiva. No que se refere aos princípios ordenadores da ordem social e política, o liberalismo já havia sido implantado pelo regime imperial em quase toda a sua extensão. A Lei de Terras de 1850 *liberara* a propriedade rural na medida em que regulara seu registro e promovera sua venda como mecanismo de levantamento de recursos para a importação da mão de obra. A Lei de Sociedades Anônimas de 1882 *liberara* o capital eliminando restrições à incorporação de empresas. A abolição da escravidão *liberara* o trabalho. A liberdade de manifestação de pensamento, reunião, de profissão, a garantia da propriedade, tudo isso era parte da Constituição de 1824. No que se refere aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891. O mesmo se pode dizer dos direitos políticos. As inovações republicanas referentes à franquia eleitoral resumiram-se em eliminar a exigência de renda, mantendo a de alfabetização.

O espírito das mudanças eleitorais republicanas era o mesmo de 1881, quando foi introduzida a eleição direta. Até esta última data, o processo indireto permitia razoável nível de participação no processo eleitoral, em torno de 10% da população total. A eleição direta reduziu esse número para menos de 1%. Com a República houve um aumento significativo para 2% da população (eleição presidencial de 1894). Percebera-se que, no caso brasileiro, a exigência de alfabetização, introduzida em 1881, era barreira suficiente para impedir a expansão do eleitorado. O Congresso Liberal de maio de 1889 já o dissera abertamente ao aceitar como indicador de renda legal o saber ler e escrever. O liberal Rui Barbosa, um dos redatores do projeto da Constituição de 1891, fora um dos principais propugnadores da reforma de 1881.

Por trás dessa concepção restritiva de participação estava o postulado de uma distinção nítida entre sociedade civil e sociedade política (grifos nossos) (CARVALHO, 2019, p. 31-32).

Essa longa transcrição justifica-se porque, como já foi dito, não teremos nem condições, nem espaço para estabelecer reflexões a partir de diálogos entre documentos e pesquisadores que se debruçaram sobre a nascente República Brasileira.

Em razão disso, ao lado das inúmeras abordagens que advém dessa temática, tais como abolição da escravatura, mão-de-obra imigrante e seus vários desdobramentos, optamos por nos ater à excelente síntese promovida pelo historiador mineiro radicado no Rio de Janeiro, com a finalidade de evidenciar pontos de grande relevância para a nossa discussão.

Sob esse prisma, ressaltamos a observação, feita pelo autor, para evidenciar a movimentação e a diversidade de ideias que permearam os meios intelectuais e políticos do Brasil (na passagem do Império para República) não para discorrer sobre o caráter mais ou

menos adequado das mesmas, mas para destacar a existência de debates que, possivelmente, alimentariam a nova forma de governo.

Salvo melhor juízo, mostrou-se intrincado o processo político, histórico e cultural do Brasil do século XX, pois enquanto os caminhos da jovem República se organizavam em torno de três poderes legalmente constituídos (Executivo – Legislativo – Judiciário), o que poderia qualificá-la como *democracia representativa*, na qual a ênfase sobre a *liberdade*, em termos institucionais, tornou obscuro o princípio da *igualdade*.

Nesse sentido, a frase atribuída a Washington Luís, presidente da República deposto em 1930, de que *a questão social é caso de polícia* tenha sido o norte que orientou as relações entre os detentores do poder e/ou do capital em relação aos trabalhadores, no país, além da explicitação da violência, expôs de maneira cristalina como o tema da *igualdade social* sempre foi visto como ameaça que deveria (e foi) severamente combatido pelas autoridades constituídas.

Dito de outra forma: apoiados numa longa tradição histórica conservadora, caracterizada fundamentalmente pela exclusão do mundo do trabalho dos assuntos políticos (que, como vimos no início desse artigo, encontrou na Polis grega o seu momento inaugural), importantes setores da elite política e econômica do Brasil, até os dias de hoje, encaram reivindicações populares como sinônimos de *baderna* e *ameaça à ordem institucional*.

Nesse contexto, é necessário salientar: tendo como base também uma longa tradição histórica de luta (que passa pelo *Movimento Cartista*, pela *Comuna de Paris*, pelos *soviets*, entre outros), as camadas subalternas se organizaram, reivindicaram e lutaram por meio de diversas estratégias⁴.

Interesses de setores agrários e urbanos orientadores de ações de Estado, inúmeras vezes foram confrontados, inclusive, com fortes manifestações como a *Revolta da Chibata*, a *Revolta da Vacina*, a *Greve de 1917*, a *Revolta do Forte de Copacabana*, a *Coluna Prestes*, entre outras. Em relação a esses últimos, identificados como movimentos representativos dos setores médios, o cientista político Francisco Weffort afirmou:

Nunca conseguiram, por um lado, formular uma ideologia adequada à situação brasileira, isto é, uma visão ou um programa para o conjunto da sociedade brasileira; adotaram os princípios da democracia liberal que,

⁴ O tema dos movimentos operários no Brasil no decorrer do século XX é uma área de estudos da historiografia brasileira de grande relevância. Como já foi amplamente destacado, as menções feitas neste artigo, em absoluto, significam aprofundamento dos debates. Porém, consideramos importante destacar: ao lado de centenas de artigos, que abordam este campo investigativo, apresentamos alguns títulos publicados em formato livro (impresso ou em e-book): MOREIRA, 2013; FAUSTO, 2016; MAZZEO, 2022; HARDMAN, 2003; DEL ROIO, 2020; BIONDI, 2012; RAGO, 1985; DULLES, 1973.

nas linhas gerais constituem o horizonte ideológico dos setores agrários. Ademais, suas ações nunca puderam superar radicalmente e com eficácia os limites institucionais definidos pelos grupos dominantes; deste modo, suas ações mais radicais, empreendidas em geral por militares jovens e das quais a Coluna Prestes é o exemplo mais brilhante, tendem, por força de um desespero social, à negação romântica da sociedade estabelecida e perdem toda eficiência. Quando ganham em eficiência perdem em radicalismo, pois aquela só subsiste nos quadros institucionais definidos por uma estrutura social e econômica do qual estes setores são, em definitivo, dependentes e com a qual são solidários, enquanto conseguem ser realistas na ação.

Assim, estes setores médios, se se constituíram na grande força de opinião que conduz à profunda crise do regime oligárquico em 1930, não possuíam condições para negar de maneira radical e eficaz o quadro institucional, mas apenas conseguiram redefinir suas relações com ele (WEFFORT, 1980, p. 48).

As pautas trazidas pelos *tenentes*, em vários aspectos, não se opuseram à predominância da *liberdade* sobre a *igualdade* na constituição da *democracia brasileira*, apesar de, nesse momento, forças importantes como o BOC – Bloco Operário Camponês (a face legal do PCB – Partido Comunista Brasileiro) se faziam presentes na cena política do país. Porém, vários segmentos passaram a questionar a qualidade da *liberdade* preconizada pelo Estado, como o fez o Partido Democrata – PD.

As insatisfações e as divergências de interesses e propósitos foram exacerbadas no interior das Províncias, assim como as cisões que passaram a ocorrer no âmbito das seções do Partido República, que foram agravadas pelo impacto econômico da crise de 1929. Novamente, nos colocamos diante de uma grande seara investigativa da área da História e da Ciência Política no Brasil

Contudo, a nós interessa, discutir os impactos para os debates e para as práticas democráticas do país. Washington Luís foi deposto e, em seu lugar, ascende ao poder, representando a vitória da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, no acontecimento histórico denominado Revolução de 1930.

Novamente, a complexidade se faz presente, no debate historiográfico sobre Revolução de 1930, sendo que a interpretação mais trabalhada do ponto de vista investigativo diz respeito à tese de Francisco Weffort, denominada *Estado de Compromisso*⁵,

⁵ Para Francisco Weffort, o Estado de Compromisso, “desde 1930, caracteriza a estrutura de poder, pois os novos empresários são incapazes de fornecer bases próprias para a legitimidade do Estado. Torna-se, então, mais visível a existência de uma fórmula de transação entre os grupos dominantes e ainda mais evidente a pressão das massas sobre a estrutura institucional. Configura-se, dessa forma, uma situação singular: todos os grupos, inclusive as massas populares, mobilizados, participam, direta ou indiretamente, do poder; não obstante, como nenhum deles possui hegemonia, todos veem como uma entidade superior, do qual esperam solução para todos os problemas” (WEFFORT, 1980, p. 57).

que alicerçou o clássico livro de Boris Fausto, *Revolução de 1930 – historiografia e história* (FAUSTO, 1997).

As interpretações construídas em torno do conceito de *Estado de Compromisso*, inclusive, possibilitaram a compreensão de dispositivos constitucionais de Carta Magna de 1934, que atendeu uma série de reivindicações como a instituição do voto feminino, fez a previsão de uma lei para regulamentar o trabalho agrícola e as relações no campo (que não chegou a ser elaborada), proibiu o trabalho infantil, determinou a jornada de oito horas e o repouso semanal obrigatório, além das férias remuneradas, indenização para demitidos sem justa causa, assistência médica/dentária, bem como assistência remunerada a trabalhadoras grávidas, entre outros itens.

Em virtude dessas regulamentações, é possível dizer que, nessas circunstâncias, ainda que parcialmente, foram atendidas algumas das questões sociais, que poderiam dar materialidade à perspectiva de igualdade, em termos institucionais na República Brasileira. Muitos enxergaram a introdução dessas pautas como decorrentes das implicações inerentes ao Estado de Compromisso, na medida em que se a presença das *massas* se tornava visível na cena pública, nesse caso, seria importante estabelecer o controle sobre elas no sentido de benevolência do Estado para com as camadas populares.

Essa visão interpretativa foi duramente questionada em trabalhos importantes de Carlos Alberto Vesentini, Edgard De Decca, Kazumi Munakata, entre outros pesquisadores⁶, que subverteram a perspectiva interpretativa ao compreenderem o governo que se instalou em 1930 como a vitória de grupos sociais comprometidos com o fortalecimento da *democracia liberal*, em favor do capital e da livre iniciativa e, sob esse prisma, a inclusão de demandas de trabalhadores na Carta Constitucional de 1934 deveria ser vista como mecanismos de negociação para conter, de certa forma, a expansão das demandas reivindicativas das camadas subalternas, fruto de manifestações e organizações populares.

⁶ VESENTINI; DECCA 1977 (OU: VESENTINI; DECCA, 1976). Metodologicamente, esses pesquisadores redimensionaram a interpretação tradicional feita do texto *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx. Essa geralmente compreendia a ascensão de Bonaparte ao trono francês a partir da perspectiva de *vazão de poder*, que engendrou a noção de *Estado de Compromisso*. Nesse sentido, Vesentini e De Decca releem o escrito de Marx por intermédio do processo histórico, com o intuito de demonstrar que não houve *vazão de poder*. Pelo contrário, Bonaparte representava interesses específicos de setores sociais determinados e, sob esse prisma, havia um vencedor que hegemonicamente estabeleceu o seu representante. Essa perspectiva interpretativa, dentre vários trabalhos, pode ser encontrada em: VESENTINI, 1997. Além disso, recomendamos: DECCA, 1981. Não devemos esquecer da contribuição presente na seguinte publicação: MUNAKATA, 1984.

Sabemos que, com o fortalecimento das lutas populares, houve inúmeras ações, dentre as quais mencionamos a Aliança Nacional Libertadora⁷, em 1935, e a urdidura do Plano Cohen, uma colaboração do governo Vargas com as forças Integralistas, com a intenção de conter um golpe de Estado a ser levado a termo pelos comunistas. Temos, assim, a combinação ideológica *perfeita* para o estabelecimento do Estado Novo (1937-1945).

Nesse momento, colocamos em suspensão acontecimentos e percursos interpretativos, para nos voltarmos ao tema que, efetivamente, motivou a confecção desse texto: *a tensão existente na democracia brasileira entre a dimensão liberal e a perspectiva de igualdade*.

A partir de uma ideia de síntese do que, até aqui, foi apresentado, pode-se constatar, primeiramente, o caráter polissêmico do vocábulo *democracia* e como através de conjunturas históricas específicas ele foi sendo moldado e ressignificado. Ao lado disso, ancorados, nas preciosas análises de Hannah Arendt conseguimos depreender como duas possibilidades de constituição de *governos democráticos*.

De forma geral, os países da Europa Ocidental, inicialmente, nos trouxeram, ao lado da *liberdade*, a bandeira da *igualdade* que, logo após o fim da II Guerra Mundial, deram materialidade à social-democracia. Porém, se, em termos acadêmicos e intelectuais, somos tributários das interpretações europeias sobre questão tão sensível, no campo político-institucional e econômico há efetivos diálogos com as matrizes norte-americanas, isto é, as ênfases recaem sobre a *liberdade* e a *felicidade*.

Nessas circunstâncias, na história de nossa jovem República, assistimos, na primeira metade do século XX, deposições de governos eleitos ou engendramento de um Golpe de Estado no interior das instituições, ambos premidos pela tensão de a *igualdade* suplantar a *liberdade*. Aliás, foi somente nos embates entre Democracia x Totalitarismo que o Estado de Novo de Getúlio Vargas se viu pressionado pelas Forças Aliadas a aderir efetivamente a um lado da contenda da II Guerra Mundial, tanto que, em nome da *democracia*, as massas foram às ruas, e Vargas foi alijado do poder.

A presença popular é sem dúvida o fato político novo da etapa democrática que se inicia em 1945. Pela primeira vez na história política as massas urbanas aparecem livremente no cenário político. Liberdade relativa, por certo, é só possível dentro dos limites de uma estrutura de poder cuja composição de forças permanece, nos seus aspectos fundamentais a mesma do período anterior. De todos os modos, terminada a ditadura, termina também o monopólio exercido por Vargas sobre a manipulação da opinião popular, não obstante ele continue até

⁷ Sobre esse tema, consultar: PINHEIRO, 1991.

sua morte em 1954, sendo o grande chefe do populismo ao qual todos os demais líderes estarão de algum modo vinculados, com a única exceção de Jânio Quadros. Nos primeiros anos de vida democrática reaparece a figura de Prestes, já agora líder do Partido Comunista e com todo o prestígio que lhe confere seu passado de “tenentista” revolucionário. Mas o PC, que chegou a ser nesses anos um dos grandes partidos nacionais, foi posto na ilegalidade já em 1947, com evidente perda de influência sobre as massas (WEFFORT, 1980, p. 76).

III

Entre os anos de 1945 e 1964, houve um respiro na vida democrática no país. Por esse motivo, fazer referências às movimentações progressistas, durante as décadas de 1950 e 1960, no país, é tratar de algo extremamente complexo e polifônico. De fato, nos anos 1950, a sociedade conviveu com a vitória e o suicídio de Getúlio Vargas, a eleição e o governo de Juscelino Kubitschek, a construção e a inauguração de Brasília e, com isso, a transferência da capital do Brasil para o Planalto Central. Assim, o projeto político e econômico de cinquenta anos em cinco foi somado à criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB -, à explosão da Bossa Nova, ao surgimento do Cinema Novo e ao primeiro título mundial da seleção masculina de futebol. Como se vê, expectativas positivas de futuro estavam no horizonte.

Essas possibilidades intensificaram-se na vida política, social, cultural e intelectual. Naquele momento, começou a se vislumbrar, mesmo que efemeramente, a construção de uma República pautada por princípios de *liberdade* e de *igualdade*. O primeiro se fazia presente pelos debates e iniciativas que tomavam conta do país, em consonância com os impulsos de liberdade econômica, especialmente com investimentos advindos do exterior; enquanto o segundo se anunciava por ações e demandas das classes trabalhadoras e em seus esforços pela organização de suas entidades representativas.

Graças a tudo isso os horizontes de expectativas, sem dúvida, abriram-se de maneira positivada, tornando possível repensar o Brasil em nova chave, elevando-o como um objeto privilegiado de reflexão e projetos. Seria ele o país do futuro? Essa pergunta, naquela conjuntura, realmente fazia sentido. Ao contrário do que se poderia imaginar, não era algo ingênuo. Isso pode ser dito, na medida em que as bandeiras do desenvolvimentismo, em sintonia com ideários nacionalistas, traduziram-se em esforços concretos para trazer as camadas populares da sociedade para o centro dos debates.

Esses anseios e vontades foram percebidos, nitidamente, nas manifestações artísticas e culturais. Iniciaram-se, em meados da década de 1950, os esforços em

estabelecer interlocuções efetivas entre Arte e Política no teatro e no cinema⁸, uma vez que esse binômio já se fazia presente na literatura, por exemplo, pelas mãos de Jorge Amado e Graciliano Ramos, entre tantos outros.

Some-se a isso, a criação dos Seminários de Dramaturgia, no Teatro de Arena, a fundação do Teatro Oficina, o surgimento do Movimento de Cultura Popular - MCP, em Pernambuco, e do Centro Popular de Cultura - CPC, posteriormente, CPC da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em meio a esse caleidoscópio, é de extrema importância recordar as eleições de Miguel Arraes e de Leonel Brizola para os governos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul respectivamente, assim como há que se destacar a forte presença das Ligas Camponesas de Francisco Julião.

O Brasil, de então, buscava aflorar as suas contradições e enfrentá-las em debates públicos. Revistas como *Civilização Brasileira*, editoras como Brasiliense, DIFEL, Zahar, Paz e Terra e *Civilização Brasileira*, ao lado dos *Cadernos do Povo*, *Literaturas de Cordel*, foram responsáveis pela veiculação de vários desses diálogos, ao lado de inúmeros estudos desenvolvidos por cientistas políticos, historiadores, geógrafos, filósofos lotados no ISEB, nas Universidades e em outros centros de pesquisa. Nesse ambiente, não se deve ignorar expressivos veículos de comunicação, que deram grande visibilidade a obras e a reflexões.

Por sua vez, no teatro, a união entre o Teatro Paulista do Estudante – TPE – e o Teatro de Arena de São Paulo trouxe para as artes cênicas preocupações e interesses que se colocaram para além do entretenimento. No espaço do Arena, situado à Rua Teodoro Bayma 94, em 1956, recém-chegado dos Estados Unidos, onde fora estudar Química Industrial e acabou se aproximando das atividades cênicas, Augusto Boal juntou-se a José Renato, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho. Esses jovens que, posteriormente, tornaram-se referências essenciais para a cultura brasileira, naquele momento, estavam imbuídos de uma vontade de participar, por meio de seus trabalhos, ativamente, da vida do Brasil.

Com efeito, em 1958, ganhou a cena pública a obra que estabeleceu, de maneira efetiva, o diálogo entre Arte e Política, a peça *Eles não usam black-tie* (Gianfrancesco Guarnieri), dirigida por José Renato, que deveria ser o *canto do cisne* do Teatro de Arena, cujas intenções malograram em meio às dificuldades para a sua manutenção.

⁸ Aqui cumpre destacar, a partir da década de 1960 a música popular brasileira adquiriu um papel central nos debates entre Arte e Política, especialmente pelas obras de Chico Buarque de Hollanda, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Edu Lobo, João das Neves, Marcos e Paulo Sérgio Valle, além da presença de intérpretes como Elis Regina, Nara Leão, Marília Medalha, entre outras. No entanto, devido às limitações (de tamanho) que este artigo possui, não iremos abordar esta forma de manifestação artística.

No entanto, ao contrário do esperado, aquela montagem trouxera à cena, da cidade de São Paulo, uma lufada de expectativas alvissareiras. Após cumprir exitosa temporada, *Black-tie* viajou pelo país e estimulou discussões e processos criativos em outras cidades e regiões. A ribalta passou a ser ocupada por espetáculos que visavam integrar populações menos favorecidas ao espaço político, cultural e econômico, por meio de sintonias entre segmentos políticos, artísticos e culturais.

Nesse contexto, surgiu, de forma intensa, uma dramaturgia na qual a questão *democrática* passava necessariamente pelo tema da *igualdade*. Das mãos de Vianinha, no Arena, surgiram *Bilbao, via Copacabana* e *Chapetuba Futebol Clube*; no CPC, foram escritas *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*, *Quatro Quadras de Terra* e *Os Azevedo mais Os Benevides, Brasil, versão brasileira*; enquanto Guarnieri, além de *Eles não usam Black-Tie*, assinou *A Semente*, *Gimba* e *O Filho do Cão*. Por sua vez, Boal escreveu *Revolução na América do Sul* e *José do Parto à Sepultura*.

Apesar de não realizarmos análises minuciosas das peças acima mencionadas, gostaríamos de destacar que nelas estão presentes temas atinentes à questão urbana, por intermédio das relações entre trabalhadores e empresários, militância no movimento sindical. Por exemplo, em *A mais-valia*, *Revolução na América do Sul* e *José do Parto à Sepultura*, a estrutura dramática e as personagens organizam-se com a intenção de problematizar as estruturas sociais e as relações de produção,

(Cena 15 – Terminadas as eleições, José da Silva morre em circunstâncias misteriosas).

(Dois membros do enterro levantam José e o colocam em cima de um pedestal, em posição de estátua de mendigo).

A surpresa é um monumento.

Túmulo do Operário Desconhecido

E a morte de José vem a propósito

Será o defunto fundamental

Vela não é preciso

Basta só uma inscrição

Arrancada a duras penas

De dentro do coração.

José da Silva aqui jaz.

Quem era, quem não era,

Ou porque foi que morreu,

Pouco importa, tanto faz,

Já que a Pátria agradece.

Obrigado José da Silva,

Pois tu morreste por mim.

Foi duro fazer tanta rima,

Mas agora chego ao fim'.

ZEQUINHA – Agora compreendo a minha antiga condição. Mas se é verdade que tudo depende do operário, o que é que vamos fazer, já que esse morreu?

LÍDER – Parece que entramos bem.

ZEQUINHA – Precisamos descobrir outro operário que é prá gente continuar roubando.

LÍDER – Claro que precisamos.

ZEQUINHA (observando o cozeiro que cuida de José) – Cozeiro é operário?

LÍDER – É. Cozeiro é operário.

ZEQUINHA – Então achamos (precipitam-se todos atrás do cozeiro, que foge assustado. Ficam apenas o narrador do começo da peça e uma atriz. Os dois cantam simultaneamente)

NARRADOR – Morreu de barriga

Morreu de barriga

Morreu de barriga vazia (bis)

ATRIZ – Eu sou pobre, pobre, pobre

De marré, marré de sim (bis)

NARRADOR – José é um que morreu.

Mas vocês ainda não.

Aqui acaba a Revolução.

Lá fora começa a vida;

E a vida é compreender

Ide embora, ide viver (BOAL, s/d, p. 101-102.).

Esse fragmento, que compõe a cena final de *Revolução na América do Sul*, é tão somente uma ilustração de temáticas que estiveram presentes nos palcos brasileiros, principalmente, entre fins da década de 1950 e o ano de 1964.

Nesse texto, em particular, a partir de acontecimentos da vida de José da Silva desestrutura-se a *naturalização* com qual a dinâmica do cotidiano é revestida a percepções do *senso comum*⁹.

Essa estratégia permitiu que se levasse a público proposições que abriram espaço para questões atinentes à questão da *igualdade* no campo democrático, no sentido de, explicitamente, setores da sociedade civil fomentarem o debate em torno de uma perspectiva social-democrática.

Tais preocupações também estiveram presentes nas temáticas que se debruçaram em torno do campo. Discussões acerca da exploração do trabalhador, as dificuldades para a constituição de sindicatos de trabalhos rurais associados à reforma agrária foram exaustivamente trabalhadas com em *Quatro Quadras de Terra*.

Em relação à sua estrutura, a peça tem sua narração organizada a partir de uma concepção clássica do drama, isto é, a peça possui os protagonistas (trabalhadores rurais) e os antagonistas (proprietários de terra e seus aliados políticos), bem definidos. Com o

⁹ Para maior aprofundamento de discussões acerca de *Revolução na América do Sul*, consultar: PATRIOTA, 2013.

objetivo de suscitar o debate sobre a concentração de terras e a questão da reforma agrária no Brasil, a ação dramática desenrola-se em uma fazenda cujo dono, o Coronel Salles, escudado na violência de Miguel, seu capataz, está dispensando seus empregados, pois, devido à baixa rentabilidade da agricultura, ele pretende iniciar a criação de gado.

Construída a partir de uma questão estrutural da sociedade brasileira, o dramaturgo expõe o conflito dramático, que terá como protagonista o jovem Demétrio, dividido entre respeitar as opiniões e decisões de seu pai (antigo empregado da fazenda e compadre do Coronel Salles), que aceita as determinações do patrão, e os questionamentos de Tomé, trabalhador rural que reivindica seus direitos, conclama os companheiros a se organizarem e questionarem as relações de trabalho a que estão submetidos.

Para viabilizar a realização cênica deste tema, Vianinha elaborou os diálogos da peça abordando temas como: direitos trabalhistas e o desconhecimento destes, por parte dos trabalhadores rurais, a falta de tecnologia e baixa produtividade, a questão do lucro e a alta concentração da propriedade, além do baixo índice de organização dos camponeses. Ao lado disso, para que essas questões permanecessem todo tempo no centro do palco, o autor optou por construir personagens tipificadas, que representam categorias sociais, isto é, elas são destituídas de dimensões individuais ou psicológicas, com o intuito de traduzir comportamentos dos grupos nos quais estão inseridas.

Em meio a esse conflito, o autor elabora um desfecho, no qual o jovem Demétrio, rompendo com a subserviência do pai, ajuda os demais companheiros a criarem uma cooperativa, que seria responsável pela comercialização da safra por eles produzida. Entretanto, forças institucionais inviabilizam o projeto, frustrando, momentaneamente, as expectativas de organização do trabalhador rural.

Contudo, como o palco é uma representação dos conflitos e das dimensões sociais, a derrota, apresentada no desenlace do conflito dramático, pode ser compreendida através de um ponto de vista positivo, na medida em que conhecer/compreender os motivos da derrota poderia contribuir com a preparação das futuras e tão desejadas vitórias camponesas naquela conjuntura (Brasil da década de 1960). É evidente, nessas circunstâncias, as experiências das Ligas Camponesas no Nordeste soavam como um alento e apontavam uma perspectiva otimizada em relação ao futuro.

Por outro lado, devemos fazer referência ao caso do cinema. Com efeito, as questões sociais explodiram nas telas de cinema com as películas *Rio 40 graus* (1955) e *Rio Zona Norte* (1957), ambas de Nelson Pereira dos Santos que, posteriormente, viria a lançar

Vidas Secas (1963), (obra cinematográfica baseada em romance homônimo de Graciliano Ramos).

Nessa conjuntura, o cinema tornou-se um veículo privilegiado das sensibilidades ou das paixões políticas. Desse ponto de vista, não é um desperdício compreender certas mudanças (temáticas e de linguagem) observadas na passagem da primeira para a segunda fase do Cinema Novo, quando os cinemanovistas se voltaram para a compreensão do impacto sociopolítico do golpe militar de 1964. Em nossa avaliação, há um reforço considerável de uma sensibilidade de esquerda, que se nutre do ódio à burguesia, nesta conjuntura (pós-golpe).

De acordo com diversos críticos e historiadores do cinema brasileiro, o movimento conhecido como Cinema Novo é o momento mais importante na busca de uma cinematografia engajada política e esteticamente. O seu surgimento reafirmou pressupostos que já se anunciavam nas artes brasileiras, em fins da década de 1950, especialmente no que diz respeito à busca de uma “arte nacional”, comprometida com a transformação social.

Neste contexto, a expectativa em torno da aprovação das Reformas de Base propostas pelo governo de João Goulart foi acalentada, por esse segmento artístico, como o deslanchar de novas perspectivas sociais, políticas, econômicas e culturais para o Brasil.

O processo esboçado na década de cinquenta explode vigorosamente nos anos 60 com os primeiros filmes do chamado movimento de Cinema Novo. Composto notadamente por cariocas, porém com fronteiras mal definidas, o Cinema Novo engloba de modo mais ou menos arbitrário tudo quanto se fez de estimulante, em matéria de cinema, em vários pontos do país. A prática cinematográfica e/ou o processo crítico a ela ligado atingem vários Estados. Em São Paulo, a Cinemateca brasileira estimula o pensamento e a pesquisa sobre cinema e promove a discussão de filmes, sobretudo dos que tinham como proposta básica a procura de caminhos para o cinema brasileiro. Em Minas, o grupo reunido em torno da *Revista de Cinema* estuda e divulga textos do novo cinema europeu, procurando refletir sobre a adequação das suas ideias à realidade nacional. Em vários Estados, jovens isolados partem para a prática cinematográfica. [...]. No campo do longa-metragem, são os filmes no Nordeste e no rio que compõem as obras mais significativas do movimento. Na Bahia, tem lugar um vigoroso surto de cinema (entre 1958-1964), nascido da atividade cineclubista e do processo de reflexão em torno do cinema e da cultura no Brasil. Não apenas os jovens cineastas baianos, mas também paulistas e cariocas que descobrem na Bahia um fecundo manancial de temas e problemas, traçam um quadro descritivo, analítico e interpretativo, de enorme amplitude, sobre a situação do Nordeste, enfocando a marginalidade urbana, as aldeias de pescadores, a aridez do sertão. [...]. O desenvolvimento do Cinema Novo foi favorecido por uma conjuntura histórica extremamente estimulante, em que o pensamento crítico e a

preocupação com a cultura, nas mais diversas áreas (no teatro, na música, na literatura, na sociologia), se aliaram à animação social e à esperança política que caracterizaram o intenso nacionalismo deste período. O *Cinema Novo* se norteou basicamente pelo pensamento de esquerda, no qual se enraízam as propostas ideológicas da maior parte dos filmes feitos. Nas suas origens, notadamente no Rio de Janeiro, teve estreita ligação com a efervescência do movimento estudantil dos primeiros anos 1960; boa parte dos seus quadros técnicos e a quase totalidade do seu público se constituíram de jovens universitários e intelectuais (destaque nosso) (GALVÃO, 1984, p. 497-498).

Esse movimento cinematográfico teve sua primeira fase entre 1960 e 1964. As obras mais representativas desse período foram *Os Fuzis* (1963) de Rui Guerra, *Vidas Secas* (1963) de Nelson Pereira dos Santos e *Deus e o diabo na terra do sol* (1964) de Glauber Rocha. Esses filmes foram fortemente marcados pelas propostas de superação do subdesenvolvimento brasileiro.

Era um cinema, pois, de intervenção política, que esteticamente dialogou com o chamado neorrealismo italiano¹⁰ e que foi marcado por uma sensibilidade revolucionária otimista. O melhor exemplo disso pode ser encontrado nas imagens finais de *Deus e o diabo na terra do sol* nas quais Manuel, depois de ser libertado dos ditames de Deus e do Diabo, por Antônio das Mortes, corre ao lado de Rosa, sua esposa, pelo sertão em direção ao futuro.¹¹ Esse otimismo revolucionário foi plasticamente condensado no encontro do mar com o sertão, ao som das *Bachianas* de Vila Lobos.¹²

Por outro lado, a segunda fase desse movimento (1964 a 1968), além de caracterizar-se pela radicalização nos experimentos com a linguagem cinematográfica de modo a atingir o tão almejado ideal de descolonização cultural, é marcada por uma sensibilidade revolucionária, cuja tonalidade é a busca da superação do pessimismo.

Nesta conjuntura, os cinemanovista como que voltam as câmeras para si mesmos, num processo de autoanálise, procurando respostas para o fracasso das propostas revolucionárias com vistas a superar o generalizado clima de ressentimento provocado pela derrota. O otimismo em relação às possibilidades de transformação foi abruptamente

¹⁰ Sobre o diálogo com o neorrealismo, consultar: JOHNSON, 1982. Ao lado disso, cabe sugerir a consulta da importante investigação de Mariarosaria Fabris, intitulada *Nelson Pereira dos Santos: um olhar neorrealista?* (FABRIS, 1994). Ademais, há uma importante reflexão de AVELLAR sobre esse assunto que se vale ser consultada (AVELLAR, In: PRUDENZI; RESEGOTTI, 2006, p. 169-199).

¹¹ Segundo Ismail, “caminhando num terreno de impasses, enquanto ‘visão da história’, *Deus e o diabo* totaliza, reafirma a certeza da salvação com base numa teleologia que dá sentido a toda a experiência passada como fases de um processo”. (XAVIER, 1983, p. 119.)

¹² “[...] a presença de Villa-lobos é citação, transporte em estado bruto de elementos de um projeto cultural inserido no Brasil urbano. O papel da questão nacional na elaboração de suas formas traz nítida sintonia com o próprio intuito do filme, também envolvido na reelaboração erudita de um repertório popular regional. Dada essa sintonia, a incorporação de Villa Lobos ao filme de Glauber Rocha é um gesto que a reafirma, ligando de modo mais explícito projetos de natureza semelhante, pertencentes a uma tradição comum no processo cultural brasileiro”. (XAVIER, 1983, p. 92-93.)

deixado de lado com o golpe, na medida em que a rápida reação civil-militar, marcadamente conservadora, frustrou aquele conjunto de expectativas tão acalentado pelos setores “progressistas” da sociedade brasileira.

Materializando a primeira resposta cinematográfica ao golpe, o cineasta Paulo César Saraceni elaborou o argumento, preparou o roteiro e iniciou as filmagens de *O Desafio*,¹³ em abril de 1964. Depois de ser liberado pela censura, foi exibido nos cinemas no ano seguinte e foi recebido como um marco na tomada de posição contra as forças golpistas, lançando as bases para a crítica ao chamado *pacto policlassista*¹⁴ que sustentara o governo Goulart e, ao mesmo tempo, representa a tradução estética da sensibilidade revolucionária nesta nova conjuntura. Com efeito, para Bernardet:

[...] o Cinema Novo está ligado ao ISEB, cuja proposta desenvolvimentista é elitizante e apoiada na industrialização [...]. Do ponto de vista temático, no filmes do Cinema Novo, percebe-se que a quase totalidade está voltada para a crítica do sistema agrário, a miséria do camponês, seu esmagamento, o latifúndio, os vários sistemas de opressão. E que a burguesia industrial, até 1964, não comparece nos filmes. [...]. Como que confirmando a tese, o primeiro burguês industrial que aparece no Cinema Novo é o de *O Desafio*, [...]. Estudando as relações entre a burguesia industrial e a intelectualidade, o filme denuncia a inviabilidade do pacto, isto é, a inviabilidade dos próprios fundamentos ideológicos do Cinema Novo anterior a 1964 (BERNARDET, 1979, p. 47-48 e 49).



De fato, aquela unidade, pelo menos idealizada, no período anterior ao golpe de 1964, não existia mais. Os fundamentos ideológicos do Cinema Novo aos quais Bernardet faz referência baseiam-se num “pacto tácito, certamente nunca formulado nem mesmo

¹³ FICHA TÉCNICA – TÍTULO: *O Desafio*; ANO DE PRODUÇÃO: 1964; ANO DE LANÇAMENTO: 1965; ARGUMENTO, DIREÇÃO E ROTEIRO: Paulo César Saraceni; DURAÇÃO: 93 min; P & B; Rio de Janeiro; ELENCO: Oduvaldo Vianna Filho, Isabella, Sérgio Britto, Luiz Linhares, Joel Barcelos, Hugo Carvana; PRODUÇÃO: Sérgio Saraceni; Produções Cinematográficas Imago e Mapa Filmes; FOTOGRAFIA: Guido Cosulich; MONTAGEM: Ismar Porto; CÂMERA: Dib Lufti; SOM: Aluísio Viana; TRILHA SONORA: Trechos de composições de Amadeus Wolfgang Mozart, Heitor Villa-Lobos, Edu Lobo, Vinícius de Moraes, Caetano Veloso e Carlos Lira; DISTRIBUIÇÃO DO FILME EM VÍDEO (VHS/NTSC): Difilm, Sagres Filmes. Cabe destacar que o filme traz um trecho do espetáculo Opinião, com participação de João do Vale e de Maria Bethânia, interpretando a canção Carcará.

¹⁴ Para que se tenha uma ideia mais precisa a respeito do ineditismo das discussões presentes em *O desafio*, cabe lembrar: Francisco Weffort, que é um dos principais estudiosos do assunto, publicou em 1967, isto é, dois anos depois da exibição do filme de Saraceni, um artigo na revista *Tempos Modernos* intitulado “O Populismo na Política Brasileira”, em que essa temática, crise do pacto policlassista, foi enunciada de maneira mais sistemática. Vejamos uma passagem representativa: “[...] se se tem em conta a natureza da participação política popular que existia no País, percebem-se as graves limitações que se apresentavam à política de reformas que constituía uma das orientações básicas do Governo Goulart. Com efeito, a importância política das massas dependera sempre da existência de uma transação entre os grupos dominantes, e esta transação agora se encontrava em crise. *Se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isto só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de alianças policlassista, que as privava de autonomia.* Desta forma, ao pretender entrar pelo caminho das reformas de estrutura, Goulart provocou a crise do regime populista”. (WEFFORT, 1980, p. 77-78).

conscientizado, entre este movimento cinematográfico e a burguesia ligada à industrialização, no sentido de ela não ser questionada” (BERNARDET, 1979, p. 48).

O Desafio, de Paulo César Saraceni, portanto, num primeiro instante, procurou mostrar que a maior parcela da intelectualidade brasileira de esquerda, que estivera cheia de esperanças, “entrou numa fase de marasmo, sem saber que rumo tomar, e a palavra mais usada para caracterizar seu estado psicológico e suas hesitações foi certamente *perplexidade*” (BERNARDET, 1978, p. 122).

A imagem que condensa esse sentimento é a apatia do personagem Marcelo (Oduvaldo Viana Filho), ao assistir ao *Espectáculo Opinião*, que é, de acordo com a historiadora Rosângela Patriota, a mais acabada manifestação artística das propostas do PCB naquela conjuntura, ou seja, contribuir com a construção da resistência democrática¹⁵. Entretanto, se a película tivesse se fixado apenas nessa imagem, congelando-a, teríamos em *O desafio* a mais pura manifestação do *ressentimento*. Para compreender melhor isso, vejamos uma breve passagem de uma obra recente da psicanalista Maria Rita Kehl:



[...] quando uma revolta é abafada pelo poder militar, os revoltosos se vêem obrigados a recolher suas forças e esperar por condições mais favoráveis para voltar à luta. Essa ‘vingança adiada’ não é a mesma das elocubrações mentais a que se entrega o ressentido, psicologicamente impotente para dar outro destino à sua amargura. Mas mesmo nos casos em que a derrota é imposta à força e a reação é objetivamente impedida, é possível que o adiamento prolongado da ação ameace arrefecer a disposição à luta. Nesses casos, a manutenção ativa da memória do agravo, que em um primeiro tempo é necessária para alimentar a disposição dos revoltosos, pode degenerar em predisposição ao ressentimento (KEHL, 2004, p. 17).

Por meio da narrativa fílmica, especialmente da trajetória de Marcelo, personagem central é possível perceber que aquele momento da História do Brasil, a pouco e pouco, passou a exigir uma nova postura capaz de superar a *inação* e o *ressentimento*.

Com efeito, a trama presente em *O desafio* como que constata a *perplexidade* decorrente da crise do *pacto políclassista* que sustentara o governo Goulart. Ao mesmo

¹⁵ Segundo a aludida historiadora, Vianinha assim se manifestou a respeito da conjuntura brasileira no imediato pós-golpe: “o teatro brasileiro de 1965 ou se empenha na sua libertação, participando do processo de redemocratização da vida nacional, na consagração dos sentimentos de soberania e vigor do povo brasileiro, ou, então – alheio a um dos momentos capitais de nossa história –, poderá ficar incluído entre os que tiveram a responsabilidade de descer sobre o Brasil a mais triste e estúpida de suas noites. [...]. Não há que desanimar. A democracia foi destruída enquanto organização, mas não enquanto absoluta aspiração do povo e do artista brasileiro. A destruição dos valores democráticos custou também a destruição de vários mitos que enredavam a consciência social. *No teatro, 1965 começa para frente. Vá ver Opinião*”. (PATRIOTA, 1999, p. 116). Ainda segundo a autora, “este apelo vai ao encontro das tarefas formuladas pelo PCB” (PATRIOTA, 1999, p. 116).

tempo, anuncia a possibilidade de sua superação, organizando-se a partir do esfacelamento da relação de Marcelo e Ada (Isabella).

Ele é jornalista de esquerda. Ela, casada com um industrial, tinha encontrado em Marcelo, seu amante, uma via de escape da crueza de seu meio social de origem. Condensando metaforicamente os sentimentos de pessimismo disseminados nos momentos imediatamente posteriores ao golpe, a relação entra em crise.

Por outro lado, o marido de Ada (Sérgio Britto), em diversas oportunidades ao longo da narrativa, reafirma suas convicções políticas, desdenha dos “esquerdistas” com os quais Ada convive. Demonstra segurança emocional, visto que tem certeza de que o processo histórico, depois do golpe, caminha de acordo com seus interesses e na direção correta. Dirige uma fábrica de 2.500 operários e tem orgulho de sua condição de classe e de seu papel social.

O ódio à *burguesia* não está ausente de *O desafio* e acaba por expressar-se pelas reações de Ada, que não aceita a visão de mundo do marido e discute longamente com ele. Em cena emblemática, rejeita o universo fabril e seu maquinário. Encontra-se, portanto, infeliz e sem condições de encontrar uma saída. Tinha sido abandonada pelo amante e, ao mesmo tempo, não é capaz de separar-se do marido. Portanto, visto que é incapaz de arrepender-se, vingar-se, esquecer ou perdoar, sua condição leva-a ao *ressentimento*.

O ressentido sofre porque se dá conta de que deixou de viver o que o momento lhe oferecia, e quer acusar os fortes, que sabem dizer “sim” à vida, do prejuízo pelo qual ele é o único responsável (KEHL, 2004, p. 27).

Nas imagens finais, depois de afastar-se de muitos amigos que alimentavam esperanças de um retorno rápido ao clima de liberdade anteriormente existente e, sobretudo, de romper com Ada, Marcelo caminha quase sem rumo, desce uma escada cambaleando, mas, ao mesmo tempo, em total disponibilidade para novas experiências e sentimentos. Com essa imagem e com a trilha sonora, forma-se um quadro emblemático com o qual o filme prepara o espectador para um “tempo de guerra”, em que certas relações e sentimentos não são mais possíveis. Uma outra forma de sensibilidade revolucionária, talvez não ressentida, começa a se esboçar e é anunciada por meio da narrativa.

Esta mesma linha de preocupações pode ser observada em *São Paulo S/A*¹⁶ de Luís Sérgio Person, lançado em 1965. Ambientando-se na capital paulista, entre 1957 e 1960, retrata o período de grande expectativa de crescimento econômico decorrente da instalação das indústrias automobilísticas estrangeiras. Mas, ao invés de tematizar a grande indústria, prefere concentrar-se nas pequenas fábricas que surgiram, como que da noite para o dia, ao redor das multinacionais.

Por estar dependente em relação aos interesses estrangeiros, esse segmento é representativo do perfil do chamado empresariado nacional e da classe média que gira à sua volta. O personagem Arturo (Otello Zelloni), que edificou sua pequena fábrica perto da Volkswagen, não pensa em outra coisa a não ser em ascensão social: quer ampliar cada vez mais seus negócios, adquirir um automóvel norte-americano último tipo, ter um apartamento confortável na cidade, uma casa de campo e – como que coroando seu estilo de vida – amantes bonitas. Na qualidade de chefe de família é bom provedor, mas de fala curta e pouco afeto. É dinâmico nos negócios e para atingir seus objetivos, é capaz das atitudes mais servis e repugnantes, sobretudo em suas transações comerciais com a Volkswagen. Explora, sem limites, todos os que estão sob seu comando.¹⁷

O personagem principal da película é Carlos (Walmor Chagas). Ele trabalha num escritório. Formado em desenho industrial, foi contratado pela Volkswagen e desenvolve suas atividades no setor de controle de qualidade. É demitido depois de ser surpreendido, tentando vender peças fora de padrão, oriundas da fábrica de Arturo. Sem saída, pede ajuda e torna-se gerente na fábrica do imigrante italiano. Ao lado disso, o filme nos mostra que Carlos possui várias amantes, mas não deseja manter relações duradouras com nenhuma delas. Por fim, acaba se casando com Luciana (Eva Wilma).

Ao tornar-se gerente da fábrica, percebe que não tem aptidão para essa atividade, tampouco aprecia os métodos inescrupulosos do patrão. É um exemplo típico dos segmentos sociais paulistas que, após obter um diploma de curso técnico e formação básica num curso de inglês, consegue uma posição confortável no mercado de trabalho e aumenta, cada vez mais, seus rendimentos, na esteira do crescimento do setor industrial.

¹⁶ FICHA TÉCNICA – TÍTULO: São Paulo S/A; ANO DE PRODUÇÃO: 1964; ANO DE LANÇAMENTO: 1965; ARGUMENTO, DIREÇÃO E ROTEIRO: Luiz Sérgio Person; DURAÇÃO: 111 minutos (longa-metragem); 35mm; Preto e Branco; São Paulo; PRODUÇÃO: Socine Produções Cinematográficas; FOTOGRAFIA: Ricardo Aronovich; MONTAGEM: Glauco Mirko Laurelli; MÚSICA: Cláudio Petraglia; ELENCO: Walmor Chagas, Eva Wilma, Otello Zelloni, Ana Esmeralda, Darlene Glória, Lenoir Bittencourt; DISTRIBUIÇÃO DO FILME EM DVD: Videofilmes.

¹⁷ Encarna o tão odiado perfil descrito por F. Furet: “o burguês só tem uma obsessão, os seus interesses, e um símbolo, o dinheiro.” [...] O dinheiro veio-lhe, na melhor das hipóteses, por sorte, e nesse caso pode perdê-lo amanhã por azar; na pior das hipóteses, foi adquirido às custas do trabalho dos outros, por ladroagem ou por cupidez, ou pelas duas coisas ao mesmo tempo”. (FURET, 1995, p. 20).

Entretanto, não sabe ao certo aonde chegará. Deixa-se levar pelo curso dos acontecimentos. Com sua vida afetiva ocorre o mesmo: casou-se com Luciana por pressão familiar, não porque quisesse de fato. Como se não bastasse, a convivência com a esposa lhe traz aborrecimentos diários. Para ela, o ideal que deve ser atingido por Carlos é ser como Arturo, um homem de sucesso. Ele, porém, a pouco e pouco, vai se desinteressando por sua vida profissional e familiar. Tenta romper com todas as suas relações e amarras, mas não consegue e é engolido pela engrenagem.

Como se vê, já que não consegue se adaptar à dinâmica da cidade e do capital, a revolta final de Carlos, ao tentar fugir, representa um passo à frente em relação à inação e ao ressentimento de Ada, como vimos em *O desafio*. Na verdade, embalado por um ainda não conscientizado sentimento de ódio à burguesia e por uma latente repulsa ao poder do dinheiro, Carlos enfrenta a situação-limite, isto é, *a do rompimento com sua condição de classe*.

Desse ponto de vista, como já tínhamos observado em Marcelo de *O desafio*, o personagem Carlos manifesta a mesma “disposição interior” na busca de algo novo, já que a situação de dependência em relação ao capital multinacional e à burguesia brasileira não lhe traz satisfação. Esse quadro de crítica aos valores burgueses, que marcaram o surgimento de uma nova sensibilidade revolucionária no Brasil dos anos 1960, encontra em *Terra em transe* de Glauber Rocha (1967) a sua mais acabada formulação.¹⁸

As menções feitas a artistas e obras ligadas ao teatro e ao cinema brasileiro buscaram demonstrar que, se não o conjunto, pelo menos parcelas significativas da sociedade brasileira estavam sinceramente empenhadas no processo de democratização política e social do país.

Novas expectativas e vislumbres de promessas e de efetivações que, em inúmeros aspectos, se coadunavam com as proposições do Governo Goulart.

Anunciava-se, assim, um *novo país para o futuro!* Todavia, essa expectativa não estava sendo visualizada pelas lentes dos segmentos mais conservadores, em especial, para

¹⁸ FICHA TÉCNICA – TÍTULO: *Terra em Transe*; ANO DE PRODUÇÃO: 1966; ANO DE LANÇAMENTO: 1967; ARGUMENTO, DIREÇÃO E ROTEIRO: Glauber Rocha; DURAÇÃO: 115 minutos (longa-metragem); 35mm; Preto e Branco; Rio de Janeiro; PRODUÇÃO: Mapa Filmes e Difilm; ASSISTENTES DE DIREÇÃO: Antônio Calmom e Moisés Kendler; FOTOGRAFIA: Luiz Carlos Barreto, Lauro Escorel Filho; MONTAGEM: Eduardo Escorel; CÂMERA: Dib Lufti; SOM: Aluizio Viana; TRILHA SONORA: Trechos de composições de Carlos Gomes (*O Guarani*), Villa-Lobos (*Bachianas n. 3 e 6*), Verdi (*Abertura de Othelo*), Canto para Aluê do candomblé da Bahia, samba de morro do Rio de Janeiro; ELENCO: Jardel Filho, Paulo Autran, José Lewgoy, Glauce Rocha, Paulo Gracindo, Hugo Carvana, Danuza Leão, Jofre Soares, Modesto de Sousa, Mário Lago, Flávio Migliaccio, Telma Reston, José Marinho, Francisco Milani, Paulo César Pereio, Emanuel Cavalcanti, Zózimo Bulbul, Antônio Câmara, Echio Reis, Maurício do Valle, Rafael de Carvalho, Ivan de Souza, Darlene Glória, Elizabeth Gasper, Irmã Álvares, Sônia Clara, Guide Vasconcelos e Clóvis Bornay; DISTRIBUIÇÃO DO FILME EM DVD: Rio Filme e Versátil Home Vídeo.

aqueles que continuavam a ter nas *ideias comunistas* a grande bandeira a ser desfraldada na defesa de um ideário retrógrado de *nação e de família brasileira*.

As disputas acirraram-se. As lutas sociais adquiriram altos níveis de tensão e forças militares e civis, temerosas das consequências das políticas públicas e dos agentes sociais, começaram a se movimentar, em particular, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo, pois o medo da perspectiva da *igualdade*, no âmbito democrático, deixou temerosos os partidários da *democracia liberal*, que enxergavam, apenas e tão somente, os direitos democráticos como sendo aqueles que deveriam resguardar tão somente o direito à propriedade (rural e urbana), ao acúmulo e à expansão do capital.

Políticas públicas que favorecessem a constituição de uma sociedade menos desigual deveriam ser energicamente repudiadas. Na verdade, para os setores conservadores, *a questão social continuou a ser uma questão de polícia* e, quanto a isso, em absoluto se deveria tergiversar.

Esses temores, presentes desde o início da República, se acentuaram, se acirraram e atravessaram o século XX, chegando, com vigor, até nossos dias, e foram devidamente alimentados pelo anticomunismo, o grande inimigo a ser combatido. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta, em seu livro *Em guarda contra o perigo vermelho*, após apresentar um painel bem circunstanciado sobre as organizações e suas respectivas atividades, fez a seguinte ponderação:

A principal atividade desempenhada por este conjunto de organizações, esforço que contou com apoio e simpatia da grande imprensa, foi propagandear o anticomunismo entre a sociedade. Em grande medida, as representações anticomunistas significavam uma continuidade com a tradição iniciada logo após os eventos de 1917 e consolidada na década de 1930. Assim, temas clássicos do repertório anticomunista foram recuperados, como as denúncias acerca dos sofrimentos do mundo comunista, associação do comunismo à imagem do mal (demônio, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira, fenômeno importado. A permanência no tempo de um conjunto básico de representações anticomunistas permite-nos afirmar que se estruturou uma tradição anticomunista na sociedade brasileira. Entretanto, isto não implica supor que os argumentos e imagens utilizados em 1964 tenham sido idênticos aos de 1937 (MOTTA, 2002, p. 243-244).

Sim, o *fantasma do comunismo*, que sempre rondou a política brasileira, adquiriu novos adversários e práticas a combater. Ao final, como bem sabemos, João Goulart foi deposto e o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco ascendeu, como o representante do Poder Executivo, à Presidência da República, se comprometendo em devolver, em 1966, o poder aos civis. Porém, como é de amplo conhecimento, o poder não

foi devolvido aos civis. Pelo contrário, à medida que o tempo passava começaram a surgir os Atos Institucionais, que culminaram com o AI-5, e o autoritarismo político, a pouco e pouco, tomou conta do Brasil.

IV

Para muitos, no âmbito progressista, os acontecimentos foram como um raio em céu azul, e as divergências, que estavam latentes, explodiram em inúmeros espaços que tiveram desdobramentos artísticos, culturais, interpretativos e políticos. Dentre eles, cabe mencionar, por exemplo, a constituição do campo da *Resistência Democrática*, ao qual se alinharam militantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro - PCB - e os que enveredaram para a Luta Armada, dando origem a inúmeros grupos guerrilheiros.

Nesse ínterim, é de grande relevância recordar que a pavimentação do caminho da *Resistência Democrática* se fez, em grande parte, a partir das autocríticas que os comunistas tornaram públicas, assim como seus militantes:



Vianinha realizou a seguinte avaliação: “o teatro brasileiro em 1965 ou se empenha na sua libertação, participando do processo de redemocratização da vida nacional, na consagração dos sentimentos de soberania e vigor do povo brasileiro - ou, então - alheio a um dos momentos capitais de nossa história - poderá ficar incluído entre os que tiveram a responsabilidade de descer sobre o Brasil a mais triste e estúpida de suas noites. [...]. Não há que desanimar. A democracia foi destruída enquanto organização, mas não enquanto absoluta aspiração do povo e do artista brasileiro. A destruição dos valores democráticos custou também a destruição de vários mitos que enredavam a consciência nacional.

[...]. Este apelo vai ao encontro das tarefas formuladas pelo PCB aos seus militantes, uma vez que, de acordo com a análise do Partido, “na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira, a qual se tem manifestado de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa atividade revolucionária, independentemente da linha política, acertada ou não, que tenhamos adotado. É uma concepção que admite a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação das cúpulas, no melhor dos casos, do Partido. [...]. Nas condições atuais, só cumpriremos nosso dever se formos capazes de fazer de nosso Partido a força organizadora e dirigente do movimento de reconquista pelas liberdades democráticas (PATRIOTA, 1999, p. 115-116).

A análise conjuntural exposta tanto por Vianinha, um dos mais importantes artistas da época, quanto pelo Comitê Central do PCB, ao mesmo tempo que reconheceu o êxito do golpe militar, destacou os erros interpretativos e, afastando-se da Luta Armada, clamou pela defesa da democracia como o espaço, por excelência, da luta política.

O acompanhamento dessas avaliações fornece importantes indícios para que se consiga compreender a constituição da *Resistência Democrática brasileira*, inicialmente inspirada na Resistência ao Nazifascismo, que surgiu na Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

Portanto, à guisa de conclusão, podemos dizer que, quando avaliamos as mudanças (ocorridas na *longa duração*), no que tange às estruturas mais profundas da vida política e social, salta aos olhos como desenrolam-se as alterações dos significados e sentidos do conceito de *democracia*. Nesse novo contexto, no qual o Brasil vive uma Ditadura Militar, as esquerdas são levadas, a pouco e pouco, a experimentar divisões internas. E, como sabemos, essa desagregação dá origem, por um lado, a grupos que se autodenominam como “revolucionários” e, por outro, a setores, bem mais amplos, que se são vistos como “reformistas”, isto é, dedicam-se às disputas parlamentares no dia a dia, dando especial ênfase para os avanços da *democracia*. Essas alterações, que marcam o surgimento de uma *esquerda democrática*, não podem ser vistas como algo restrito ao nível sociolinguístico. Com efeito, se os usos da linguagem no cotidiano sofrem transformações, tudo isso pode ser visto como a resultante, em última análise, de transmutações estruturais mais profundas.

Não é demais lembrar: nos dias atuais, vivemos uma conjuntura na qual há um evidente avanço de forças políticas de extrema direita, em nível mundial, que, como se sabe, tem representantes no Brasil. Em razão disso, a questão da democracia, mais exatamente a da resistência democrática, voltou a fazer parte das manchetes de jornais, dos debates em rádio e televisão, colocando em foco a defesa de diversos avanços conquistados com a Constituição de 1988: liberdade de pensamento, liberdade de expressão, direitos básicos da cidadania, livre organização sindical e trabalhista, etc. Em outras palavras: a conjuntura atual nos obriga a repensar a articulação entre *liberdade* e *igualdade*, num contexto tão complexo quanto aquele que surgiu no período imediatamente posterior à Segunda Guerra mundial, na medida em que vivemos não apenas o aprofundamento do chamado desemprego estrutural, em função da ampliação dos usos da robótica e da Inteligência Artificial, mas sobretudo porque estamos experimentando inúmeras instabilidades impostas à *liberdade* de pensamento, bem como limitações objetivas à *igualdade* nas oportunidades de expressão da opinião ou do pensamento, decorrentes vicissitudes dos usos das Redes Sociais, em larga escala, com evidentes abusos do poder econômico, o que acaba por transformar as mídias sociais, atuantes na World Wide Web, em aliados da extrema direita mundial.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. A Tradição Revolucionária e seu Tesouro Perdido. In: _____. **Da Revolução**. Brasília/São Paulo: Editora da UNB/Editora Ática.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- AVELLAR, José Carlos. O paraíso do espectador. In: PRUDENZI, Ângela; RESEGOTTI, Elisa. (Orgs.). **Cinema político italiano: anos 60 e 70**. São Paulo: Cosac Naif, 2006, p. 169-199.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Brasil em tempo de cinema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema Brasileiro: propostas para uma história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- BIONDI, Luigi. **Classe e Nação: Trabalhadores e Socialistas Italianos em São Paulo, 1890-1920**. São Paulo: Alameda, 2012.
- BOAL, Augusto. **Revolução na América do Sul**. São Paulo: Massao Ohno Editora, s/d.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- DECCA, Edgard de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DEL ROIO, José Luiz. **A Greve de 1917: quando trabalhadores entram em cena**. São Paulo: Alameda, 2020.
- DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- FABRIS, Mariarosaria. **Nelson Pereira dos Santos: um olhar neorrealista?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- FAUSTO, Boris. **Revolução de 1930 – Historiografia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FURET, François. A Paixão Revolucionária. In: _____. **O Passado de uma Ilusão: Ensaio sobre a Ideia Comunista no Século XX**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- GALVÃO, Maria Rita. Cinema Brasileiro: 1930-1964. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1984, p. 497-498. (HGCB, Tomo III, volume 4).
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão: Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil**. 3 ed., Editora da UNESP, 2003.
- JOHNSON, Randal. **Literatura e Cinema: Macunaíma – do modernismo na literatura ao cinema novo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2006.
- MAZZEO, Antonio Carlos. **A Sinfonia Inacabada: A Política dos Comunistas no Brasil**. 2 ed., São Paulo: Boitempo, 2022.

- MOREIRA, Ruy. **Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.
- MOSSÉ, Claude. **Atenas: A História de uma Democracia**. 2 ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MOUNK, Yascha. A perda das ilusões. In: _____. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PATRIOTA, Rosângela. **Vianinha: um dramaturgo no coração de seu tempo**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- PATRIOTA, Rosângela. *Revolução na América do Sul* de Augusto Boal - A Narrativa Épica no Teatro de Arena de São Paulo. In: _____. **História e Teatro: Discussões para o Tempo Presente**. São Paulo: Edições Verona, 2013 (e-book).
- PATRIOTA, Rosângela. (2017). Apontamentos acerca da recepção no teatro brasileiro contemporâneo: diálogos entre história e estética. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [em ligne], Débats, mis em ligne le 30 juin 2017, Consulté le 05 mai 2023. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1528>; DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1528>
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922 – 1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil – 1890 – 1930**. RJ: Paz e Terra, 1985.
- RAMOS, Alcides Freire (2006). A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, 3(1) Acesso em 05 de Maio de 2023. <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/889>
- RAMOS, Alcides Freire. (2006). A historicidade de Cabra marcado para morrer (1964-84, Eduardo Coutinho). **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [en ligne], Débats, mis em ligne le 28 janvier 2006, Consulté le 05 mai 2023. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1520>; DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1520>
- RODEGHERO, C. S.. (2002). Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, 22(44), 463–488. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200010>. Acesso em 29 de abril de 2023.
- SANTOS, Rodrigo Otávio dos. MEDO, PARANOIA, MACARTHISMO E O SÉCULO XXI: USANDO O EPISÓDIO 22 DE ALÉM DA IMAGINAÇÃO EM SALA DE AULA. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 67, n. 1, p. 283-307, dez. 2018. ISSN 2447-8261. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/59700/37323>>. Acesso em: 29 abr. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/his.v67i1.59700>.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec/História Social USP, 1997.
- VESENTINI, Carlos Alberto; DECCA, Edgar de. A Revolução do Vencedor. In: **Contraponto**, Rio de Janeiro (1), novembro de 1976, p. 60-71.

VESENTINI, Carlos Alberto; DECCA, Edgar de. A Revolução do Vencedor. In: **Ciência e Cultura**, v. 29, 1977, p. 25-32.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia Moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

XAVIER, Ismail. **Sertão Mar: Glauber Rocha e a Estética da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1983.



www.revistafenix.pro.br

RECEBIDO EM: 05/12/2023
PARECER DADO EM: 28/03/2022